
O QUE É LUGAR DE FALA?

Resenha de: RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** – Belo Horizonte: Letramento, 2017.

Joyce Grasielle Chaves Fonseca¹

<http://lattes.cnpq.br/9618496039464009>

<https://orcid.org/0000-0001-9256-9699>

Leonardo Figueiredo de Souza²

<http://lattes.cnpq.br/4169551029243171>

<https://orcid.org/0000-0001-8789-127X>

Djamila Taís Ribeiro dos Santos é graduada em filosofia pela Universidade de São Paulo, mestre em filosofia política pela Universidade Federal de São Paulo e autora dos livros: “Lugar de fala” (2017), “Quem tem medo do feminismo negro” (2018) e “Manual antirracista” (2019). Além disso, Djamila Ribeiro é fundadora da coleção feminismos plurais, cuja inauguração se deu com o lançamento do livro lugar de fala, ao qual dedicamos esta resenha.

Diante do histórico panorama de opressões e violências que grupos subalternizados, como as mulheres negras, enfrentam desde a escravidão moderna, a coleção Feminismos Plurais emerge com a proposta de trazer ao grande público, de maneira didática e convidativa, uma discussão que tem ganhado forças nas últimas décadas: os diversos feminismos existentes na sociedade contemporânea.

O livro “O que é lugar de fala?” da filósofa Djamila Ribeiro, é o primeiro livro da referida coleção e objetiva trazer reflexões a respeito das afirmações de que o movimento feminista negro é separatista, demonstrando que não se pode criar prioridades entre as opressões de gênero, raça e classe e que se deve, na verdade, compreender como as opressões se relacionam e, conseqüentemente, interferem no lugar social em que os indivíduos ocupam. O livro contém quatro capítulos que são, respectivamente: “Um pouco de história”, “Mulher negra: o outro do outro”, “O que é lugar de fala?” e “Todo mundo tem lugar de fala”.

A autora inicia o livro com o capítulo “um pouco de história”, onde apresenta aos seus leitores as principais ideias de mulheres negras que lutaram contra as opressões de gênero e raça, como o conhecido discurso “e eu não sou uma mulher?” da abolicionista afro-americana Sojourner Truth. O discurso de Truth tece críticas à universalização da

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará. Mestranda em Antropologia Social pela Universidade de Brasília; E-mail: joycegrasiellef@gmail.com.

² Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará. Mestrando em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará; E-mail: leof.amazonia@gmail.com.

categoria mulher propagada pelo feminismo estadunidense, uma vez que esta não se reconhecia nas falas de que as mulheres deveriam ser bem tratadas e que mereciam ocupar os melhores lugares, pois ela mesmo sendo mulher nunca ocupou os melhores lugares. Essa sua crítica ao ideal universalizado da categoria mulher, demonstra que esse padrão criado corresponde a um determinado tipo de mulher que não é nem negra e muito menos branca e



pobre. De acordo com Ângela Davis (2016), este discurso de Truth é a palavra de ordem mais citada na história do movimento de mulheres do século XIX. Este discurso influenciou inúmeras organizações políticas de mulheres negras nos EUA. Outra autora que Ribeiro traz em sua obra é a historiadora Giovana Xavier, que em seus estudos destaca a importância de se pensar nas diversas opressões sofridas pelas mulheres, abdicando-se da perspectiva universal, introduzindo um debate interseccional de raça, identidades, orientação sexual e gênero, que foram atribuídas à terceira onda do feminismo, tendo a teórica Judith Butler como uma das grandes pensadoras.

Linda Alcoof e Lélia Gonzales entram no debate, pois, teciam críticas à hierarquização dos saberes como produto da classificação racial da população. Para a primeira autora, fazia-se necessário reconhecer os saberes de povos que não são os hegemônicos.

Para a segunda, possuía o privilégio epistêmico quem possuía o privilégio social, uma vez que o modelo valorizado e universal da ciência é branco. Outra reflexão de Lélia Gonzales (2020) que está presente em “Por um feminismo Latino-americano”, diz respeito a importância de se enfrentar o capitalismo patriarcal (é uma das poucas vezes que a palavra “capitalismo” é citada durante todo o livro) como combate às desigualdades, mas que, se basear somente nisso não possibilita uma análise mais completa a respeito da complexidade da vida das mulheres negras e indígenas da América Latina, pois, faltava incluir outro tipo de discriminação: a de caráter racial.

A ciência como classificadora de quem pode ou não falar – o privilégio epistêmico – trazido por Lélia Gonzalez, parte do mesmo ponto de análise da socióloga estadunidense Patrícia Hill Collins, que também é citada por Ribeiro durante os capítulos seguintes do livro. Em “Pensamento Feminista Negro”, Collins (2019) a partir do conceito de “ativismo intelectual”, demonstra que mulheres negras, durante muitos séculos, produziram saberes que não são os legitimados pela academia. Esses saberes construíram bases sólidas para a construção desse ativismo. Collins afirma que “não é preciso ser uma mulher negra para compreender como um ativismo intelectual capaz de produzir novos conhecimentos e transformar a consciência pode estimular uma política de empoderamento” (COLLINS, 2019, p.13), já que “as elites cultas costumam dizer que são as únicas qualificadas para produzir teoria, e acreditam deter a capacidade exclusiva de interpretar não só sua experiência, mas também de todos os outros” (COLLINS, 2019, p.16).

No segundo capítulo “Mulher negra: o outro do outro”, a autora continua o debate a respeito da universalização com a filósofa Simone de Beauvoir que compreendia a mulher como o outro do homem, isto é, a construção da mulher enquanto gênero não se dá a partir de si mesma, mas a partir do olhar masculino. No entanto, de acordo com a perspectiva de Ribeiro, deve-se ter em mente que Beauvoir era uma mulher branca e que se referia as mulheres brancas, uma vez que esta não tem a experiência de vivenciar a opressão de raça. Seria necessário, portanto, para se compreender a questão da mulher negra, utilizar o conceito “o outro do outro” de Grada Kilomba, que convida a reflexão a respeito da mulher negra. Para Kilomba, a mulher negra não ocupa o lugar do homem branco que projeta seu olhar sobre a mulher branca e nem da mulher branca que recebe esse olhar projetado, ou seja, a mulher negra é o outro do homem branco e o outro da mulher branca. Além de mostrar que as mulheres possuem características sociais diferentes, Kilomba propõe que se pense o homem a partir também de suas características sociais diversas.

Ribeiro retoma a Patrícia Hill Collins para tratar da importância de mulheres negras usarem seu lugar de marginalidade para construir teorias que deem conta da complexidade de seus problemas. Como muitas mulheres negras ocupavam papéis de domésticas nas casas, e viviam o cotidiano daquele lugar, elas conseguiriam observar as contradições existentes dentro dos ambientes e assim, a sua produção seria muito mais rica. Além disso, Ribeiro utiliza o conceito de *outsider within* (forasteira de dentro) de Collins, para mais tarde compreender o *lugar de fala*. O conceito de forasteiro de dentro de Collins refere-se à situação da mulher negra que sendo mulher e negra é vista como de fora pelo movimento feminista. Para ela, as mulheres negras poderiam se tirar proveito disso, afinal, isso lhes possibilitaria uma visão mais ampla no que se refere a complexidade da realidade. Ainda de acordo com este acúmulo de opressões, é trazida a contribuição de Sueli Carneiro para refletir sobre as hierarquias existentes dentro do próprio gênero que é construída pelo racismo e destaca a importância que reside na assimilação disso pelos movimentos feministas para que não se reproduzam os discursos hegemônicos. Pensar as opressões de forma interseccional seria importante, inclusive, para a construção de políticas públicas para as mulheres negras.

No capítulo “O que é lugar de fala?” após Ribeiro ter percorrido um breve caminho a respeito dos conceitos e teorias dos feminismos, a autora apresenta o conceito de lugar de fala como o lugar social que as pessoas ocupam na estrutura da sociedade. Ribeiro aponta que há dúvidas sobre o surgimento do conceito de lugar de fala, mas que este teria surgido

com a comunicação. Ao analisar as impressas populares e os jornais de referência é possível perceber que os discursos são diferentes daqueles e isso se dá por conta da localização de grupos distintos que esses veículos pretendem alcançar. Análise que contribui, na perspectiva da autora, para se pensar o lugar de fala em outros âmbitos. Segundo ela, a origem do termo é imprecisa, mas acredita que este surge a partir da discussão do *feminist stand point* (ponto de vista feminista) e que a partir deste se é possível falar de lugar de fala.

A partir do pensamento de Patrícia Hill Collins, a autora explica quais as pautas do feminismo negro, argumentando que este salienta a diversidade das experiências tanto de mulheres quanto de homens e os diferentes pontos de vista de análises de quem propõe. Para Collins, uma pessoa pode ocupar diferentes posições sociais, sendo necessária uma perspectiva interseccional na análise, compreendendo que estas pessoas compartilham de experiências diversas em relação a gênero, raça e classe e que nenhuma dessas opressões devem ser prioridade em termos de combatê-la, deve-se, na verdade, combatê-las simultaneamente. Ribeiro aponta que o objetivo do feminismo negro é marcar o lugar de fala de quem propõe essas análises, para que se compreenda as realidades que foram invisibilizadas dentro do discurso hegemônico.

No último capítulo “todo mundo tem lugar de fala” a autora trata de outro equívoco que comumente ocorre: a confusão entre lugar de fala e representatividade. Para exemplificar isto, Ribeiro utiliza o exemplo de uma travesti negra com um homem cis branco. Esta travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis gênero, mas este pode teorizar sobre a realidade de pessoas travestis a partir do lugar que ele ocupa. A travesti negra, quando for falar, falará a partir do lugar social em que ocupa enquanto travesti e negra da mesma forma acontece com o homem branco cis gênero. Este lugar social é o lugar de fala. A autora destaca ainda que é importante que os homens brancos cis estudem branquitude, cisgeneralidade, masculinidade. Além disso, como destaca Rosane Borges, pensar lugar de fala é uma postura ética, pois, saber da nossa localização é essencial para pensarmos a respeito das hierarquias, das desigualdades, da pobreza, do racismo e do sexismo. Ribeiro afirma que todos tem lugar de falar e que a partir disso se é possível debater a respeito de vários aspectos da realidade social. No Brasil, com o passado escravocrata de quase quatrocentos anos de escravidão de pessoas negras, tendo o racismo como herança desse passado, os negros irão vivenciar deste racismo a partir do lugar de quem sofre esta opressão, já os brancos irão vivenciá-lo a partir de quem se beneficia desta opressão.

A partir de uma escrita acessível, o livro o que é lugar de fala Djamilia Ribeiro consegue, de maneira breve e didática, tratar de temas muito debatidos contemporaneamente que são os feminismos. Além de contribuir para a reflexão a respeito das consequências do racismo com a população negra nas Américas, como por exemplo, o fato da população negra e, sobretudo das mulheres negras (e as demais opressões que sofrem) terem seus discursos negados, silenciados e em muitos casos, nem ter sequer a possibilidade de externalizá-los.

Considerações sobre o livro

Ribeiro propõe uma abordagem interseccional, pois – como já exposto – não se pode hierarquizar opressões, uma vez que elas se relacionam. Porém, no decorrer do livro, a autora pouco tratou de uma questão que é fundamental para se compreender o racismo nas

Américas e a “ausência de voz das mulheres negras”: a exploração capitalista como causa deste problema.

A abordagem interseccional se propõe – como já dissemos – analisar como as opressões se relacionam. No entanto, Ribeiro pouco trabalhou no decorrer do livro a respeito da infraestrutura econômica como fundamental para se compreender a situação da população negra de modo geral e das mulheres negras em específico, caindo em simplificações já denunciadas por Clóvis Moura (2019) de que os estudos sobre os negros estiveram sempre pautados na sua contribuição cultural e não como um grupo situado dentro de uma determinada estrutura que se utilizou de sua força de trabalho escrava para a construção do país.

No livro, a autora apresenta dados sobre a realidade econômica da mulher negra, dados estes em que demonstram os salários menores em relação aos homens brancos, as mulheres brancas e os homens negros, além de ocupar o maior contingente de desempregados e aquelas que possuem empregos formais atuam em péssimas condições de trabalho, mas a autora não trata, sequer de forma breve, quais são as raízes desse problema, isto é, não relaciona os indicadores sociais que demonstram a situação da mulher negra com uma questão estrutural do capitalismo.

O alemão Karl Marx (2017), em *O Capital*, aponta que o exército industrial de reservas (desempregados que estão na ativa) possui um papel estrutural na economia capitalista, pois garante o processo de acumulação do capital. De acordo com os dados trazidos por Djamila, o exército de reservas é, em sua maioria, composto por mulheres negras. Portanto, uma crítica ao contingente de mulheres desempregadas, implicaria na crítica ao sistema capitalista, relação que a autora não fez.

Uma outra questão pertinente para reflexão no texto, é que a autora trata os homens brancos cis gênero de forma universal, como se todos fossem privilegiados, ignorando uma questão fundamental: a classe social a qual este sujeito pertence. Existem homens brancos cis gêneros que são trabalhadores assalariados e homens brancos cis gênero que são burgueses, entre os dois há uma grande diferença e que, talvez o que o primeiro tenha sejam apenas direitos e não privilégios. É válido ressaltar que o homem branco trabalhador livre não foi estigmatizado e exposto ao trabalho escravo durante a construção do país e que ele foi e é explorado dentro do sistema capitalista de forma diferente do trabalhador negro. Todavia, não deixa de ser um trabalhador explorado.

Assim como nos Estados Unidos, no Brasil os imigrantes que aqui chegaram não possuíam riquezas e então tiveram que trabalhar em fábricas. Mulheres brancas imigrantes trabalhavam mais jornadas que seus companheiros e filhos. Trazendo para o debate o movimento pelo sufrágio feminino, essas mulheres trabalhadoras brancas imigrantes não estavam inseridas dentro desse movimento que lutava pelo direito ao voto. O movimento pelo sufrágio feminino era organizado por mulheres da classe burguesa, inclusive o movimento não seduzia essas mulheres trabalhadoras para a luta pelo voto, elas estavam mais preocupadas “com seus problemas imediatos – salários, jornadas, condições de trabalho – para lutar por uma causa que parecia abstrata.” (DAVIS, 2016, p.146). Elas eram exploradas pelas famílias de seus “semelhantes” brancos. Com isso,

como as mulheres trabalhadoras bem sabiam, seus pais, irmãos, maridos e filhos que exerciam direito ao voto continuavam a ser miseravelmente explorados por seus ricos empregadores. A igualdade política não abriu a porta da igualdade econômica (DAVIS, 2016, p.146).

Por isso, o que as trabalhadoras e trabalhadores brancos tem são direitos que lhe foram atribuídos e que alguns desses direitos ainda não alcançaram a população negra, mas que não podem ser vistos como privilégios, pois isso pode prejudicar o debate a qual o livro se propõe.

Em suma, a autora não percebe a ausência das mulheres negras nos espaços de poder, como uma consequência da exploração capitalista, do desemprego, da baixa escolarização, dos baixos salários, do pouco acesso à educação básica, e da divisão internacional do trabalho, como aponta Spivak (2010). E como não percebe, o que propõe é, se não, a inclusão desse grupo, historicamente subalternizado, no sistema que o colocou na posição de subalterno a impossibilitando de falar e de falar na sua língua a partir de sua cultura (SPIVAK, 2010). Isto é, ao criticar a falsa universalização, a autora não propõe a “verdadeira” universalização, onde as mulheres, em sua diversidade, os homens, em sua diversidade, localizam-se nesta universalização. Em outras palavras, a autora não faz a relação entre totalidade-particularidade o que pode limitar uma compreensão mais ampla a respeito dos grupos sociais e sua relação com as estruturas sociais que as invisibilizam.

Apesar da ausência de tratar pouco da questão de classe, que enriqueceria ainda mais o debate e que talvez apareça em futuros livros da autora, tratando-se de um livro introdutório, sem nenhum papel revolucionário, o livro “o que é lugar de fala?” tem sua relevância e, sem dúvidas, contribui não só para a compreensão do conceito de lugar de fala, mas também de seus limites, como apontamos nessa breve reflexão.

Referências

- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e política do empoderamento. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e casse**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.
- MARX, Karl. **O Capital**. vol. 1. 2ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** – Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.